

## **A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O CONSELHO DE SEGURANÇA NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1990.**

<sup>1</sup> **MEREGE, V. F.P** ([vinicius\\_farah@hotmail.com](mailto:vinicius_farah@hotmail.com))

<sup>2</sup> **NETO, T.E.** ([tomaz.neto@ufgd.edu.br](mailto:tomaz.neto@ufgd.edu.br))

<sup>1</sup> Aluno do curso de Direito – UFGD

<sup>2</sup> Professor Orientador do Curso de Relações Internacionais

A partir do fim da Guerra-Fria, as Nações Unidas apresentaram-se como uma via institucional importante para a construção e consolidação de uma nova estrutura política internacional que iniciava-se. O “otimismo” que permeava as discussões sobre os novos rumos da ONU, entretanto, foi rapidamente dissolvido pelos novos desafios que a dissolução da bipolaridade apresentou. Os direitos humanos e a ameaça à segurança coletiva foram elementos simbólicos e materiais importantes para a aprovação (e também veto) das resoluções, pelo Conselho de Segurança, que autorizava as Nações Unidas através das Missões de Paz, a intervirem nos conflitos inter e intranacionais. Neste momento, o Estado Brasileiro defendia, junto com outros Estados, uma reforma no Conselho de Segurança, cuja ênfase estava na ampliação do número de assentos permanentes. Ademais, a diplomacia brasileira procuraria uma nova forma de atuação no cenário internacional. Para tanto, o país procurou, como objetivo primordial da política externa brasileira, se credenciar para tornar-se membro permanente do CSNU. Entre os anos de 1993 e 1994, o Brasil ocupou um lugar, como membro temporário do Conselho de Segurança e compreende-se que esta era a oportunidade do país de demonstrar que estava a altura dos desafios de uma ordem em transformação. A relação entre as missões de paz da ONU e política externa brasileira constitui, hoje, um objeto de pesquisa que ainda carece de análises mais pormenorizadas por parte da academia brasileira e por este motivos, compreende-se a justificativa desta pesquisa. O objetivo central desta pesquisa é analisar quais foram as posições brasileira em seu 7º mandato (1993-1994) como membro-não-permanente do Conselho de Segurança, quando da aprovação das resoluções que visavam instituir ações de manutenção da paz em conflitos armados. Inicialmente, a pesquisa deter-se-á ao caso de Ruanda. A pesquisa fará uso de fonte documental oficial das Nações Unidas, bem como das resoluções do Conselho de Segurança; revisão de bibliografia especializada em língua portuguesa e estrangeira; e entrevistas com diplomatas que, hoje, encontram-se em missão na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York.

**Palavra-chave:** Conselho de Segurança, Política Externa, Intervenções Humanitárias.